

A INDEXAÇÃO DE LIVROS

A PERCEPÇÃO
DE CATALOGADORES
E USUÁRIOS DE
BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS

**MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA
(ORG.)**

A INDEXAÇÃO DE LIVROS

MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA (ORG.)
VERA REGINA CASARI BOCCATO
MILENA POLSINELLI RUBI
MARIA CAROLINA GONÇALVES

A INDEXAÇÃO DE LIVROS

A PERCEPÇÃO DE
CATALOGADORES E USUÁRIOS
DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS. UM ESTUDO
DE OBSERVAÇÃO DO CONTEXTO
SOCIOCOGNITIVO COM
PROTOCOLOS VERBAIS

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2009 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

I34

A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais / Mariângela Spotti Lopes Fujita (org.) ; Vera Regina Casari Boccato, Milena Polsinelli Rubi, Maria Carolina Gonçalves . - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7983-015-0

1. Indexação. 2. Catalogação por assunto. 3. Usuários de bibliotecas. 4. Percepção social. I. Fujita, Mariângela Spotti Lopes. II. Boccato, Vera Regina Casari. III. Rubi, Milena Polsinelli. IV. Gonçalves, Maria Carolina.

09-6210.

CDD: 025.3

CDU: 061

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

1

AS DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE INDEXAÇÃO E CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Milena Polsinelli Rubi

Vera Regina Casari Boccato

Introdução

Na biblioteca, os tratamentos de forma e conteúdo, embora operacionalmente diferentes, são dependentes um do outro. O formato descritivo utilizado é o catalográfico, a maioria em MARC21, que conterà o resultado das operações de tratamento de forma (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas etc.) e de conteúdo documentário (o número de classificação, obtido pela classificação, os cabeçalhos de assuntos determinados pela indexação e, em alguns casos, o resumo derivado da elaboração de resumo).

Nesse contexto, nosso interesse diz respeito ao tratamento temático dos documentos, cuja finalidade é a recuperação conforme os objetivos de busca do usuário. Para tanto, podem ser utilizados os processos de indexação, catalogação de assunto, classificação e elaboração de resumos, que são considerados processos de sumarização da informação dos quais se originam os índices, os catálogos de assunto, os números de classificação e os resumos que possibilitarão a recuperação da informação pertinente aos in-

teresses dos usuários. Neste momento, o nosso foco é a indexação e a catalogação de assunto.

As diferenças conceituais a respeito desses dois processos estão ligadas ao da história do desenvolvimento conceitual de cada um. Essa situação pode ser explicada pelo desenvolvimento de cada um dos processos no decorrer do tempo, fazendo com que surgissem várias concepções para os termos.

Este capítulo dedica-se, portanto, a analisar as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos com o objetivo de esclarecer a equivalência das operações e a importância de considerarmos a indexação na catalogação.

Indexação e catalogação de assunto: perspectivas teóricas e metodológicas

Tanto a indexação quanto a catalogação de assunto estão inseridas no tratamento documentário, que é a etapa intermediária inserida em um conjunto de operações denominado ciclo documentário (ou cadeia documental).

Para Shaw (1957), o ciclo documentário envolve a identificação, a gravação, a organização, o armazenamento, a recuperação, a conversão em formas mais úteis e a disseminação do conteúdo intelectual de materiais impressos e outros registrados.

Além do tratamento documentário, enquanto etapa intermediária, Guinchat & Menou (1994) afirmam que o ciclo documentário comporta também a coleta de documentos (inicialmente) e a difusão da informação (ao final).

Cada uma dessas operações – coleta, tratamento e difusão – desdobram-se em atividades dotadas de política e procedimentos metodológicos bem definidos:

- coleta: compreende toda a operação de localização, seleção e aquisição de documentos convencionais e não convencionais;
- tratamento: executa o processamento dos documentos coletados com relação tanto ao suporte material quanto a seu conteúdo;
- difusão: é realizada por meio dos produtos e serviços do sistema de informação planejados de acordo com a demanda da comunidade usuária: levantamentos bibliográficos retrospectivos e atualizados, consultas bibliográficas, empréstimo de documentos, comutação documentária, entre outros.

Dias & Naves (2007, p.17) sintetizam o conceito de tratamento da informação como sendo

expressão que engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a: a) descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação da informação; b) desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e c) concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras.

Para Fujita (2003), a organização da informação compreende as atividades e operações do tratamento da informação, envolvendo para isso o conhecimento teórico e metodológico disponível tanto para o tratamento descritivo do suporte material da informação quanto para o tratamento temático de conteúdo da informação.

O tratamento descritivo refere-se propriamente à catalogação, ou seja, à representação descritiva da forma física do documento (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas etc.).

O tratamento temático, em bibliotecas, diz respeito ao assunto tratado no documento, ou seja, compreende a análise documentária como área teórica e metodológica que abrange as atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto, considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação.

Essa dicotomia que se apresenta no tratamento da informação é explicada, de um lado, pelo desenvolvimento teórico e metodológico distinto alcançado pelas duas áreas e, de outro, pela diferença existente entre os aspectos da informação – o material e o conteúdo – que exigem tratamento diferenciado (Fujita, 2003).

De acordo com nosso objetivo – discutir os aspectos teóricos envolvendo as divergências entre os termos indexação e catalogação de assunto – apresentamos um referencial teórico sobre esses termos.

Pinto Molina (1993) e Silva & Fujita (2004) apresentam de maneira sintetizada um histórico da indexação, chamando a atenção para sua utilização desde os tempos das tábuas de argila (século II a.C.), em que foram encontradas formas de representação condensada que davam acesso aos conteúdos dos documentos, até o grande desenvolvimento da indexação que se dá ao final do século XIX com o aumento de publicações periódicas e da literatura técnico científica de modo geral.

Desde então, estudos vêm sendo desenvolvidos acerca da teoria da indexação, sua natureza, procedimentos, estruturas e características de seu produto final, o índice.

O termo indexação (*indexing*) pertence à corrente teórica inglesa e, de acordo com os “Princípios de Indexa-

ção” do World Scientific Information Programme¹ (Unisist, 1981, p.84), é “a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto”.

A publicação do Unisist originou a primeira norma a esse respeito, publicada em 1985 pela International Standardization for Organization (ISO), sob número 5.963, com o título *Documentation – methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*.

Em 1992, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1992, p.2) publicou a tradução dessa mesma norma, sob número 12.676, intitulada *Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. A indexação é definida pela Norma 12.676 como “Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”.

Para Chaumier (1988, p.63), “a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente é ela que condiciona o valor de um sistema documentário”. Ainda segundo o autor, uma indexação inadequada ou uma indexação insuficiente representa 90% das causas essenciais para a aparição de “ruídos” (os documentos não pertinentes à questão que são recuperados em uma pesquisa bibliográfica) ou de “silêncios” (os documentos pertinentes à questão, existentes no acervo, que não são recuperados).

O termo indexação é definido por Van Slype (1991) como a operação que consiste em enumerar os conceitos sobre os quais trata um documento e representá-los por meio de uma linguagem combinatória – lista de descritores livres, lista de autoridades e o thesaurus de

1 World Scientific Information Programme, também nomeado de Unisist, é um programa internacional vinculado à United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco).

descritores – tendo como finalidade a busca documental, que será realizada a partir dos índices ou dos catálogos. Nessa definição, o referido autor destaca a representação dos conceitos por meio de uma linguagem específica com vistas ao processo de recuperação da informação por meio de índices ou catálogos.

De acordo com Pinto Molina (1993, p.208), a indexação “é a técnica de caracterizar o conteúdo de um documento [...] retendo as ideias mais representativas para vinculá-las a termos de indexação adequados”.

Lancaster (2004, p.1) explica que “os processos de indexação identificam o assunto que trata o documento...” e eles implicam “a preparação de uma *representação* do conteúdo temático dos documentos” (ibidem, p.6, grifo do autor).

Para Robredo (2005, p.165), “a indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca”.

O processo de indexação é composto por diferentes etapas, sobre as quais Lancaster (2004) e Pinto Molina (1993) afirmam que não precisam necessariamente ser realizadas de maneira sequencial, uma vez que o indexador profissional já familiarizado com o processo pode realizá-las simultaneamente.

A seguir, elaboramos o Quadro 1 com as etapas da indexação e seus respectivos autores.

Observamos que a etapa inicial da indexação é a análise de assunto realizada durante a leitura documentária do indexador, que procura compreender de maneira geral o documento para identificar e selecionar os termos que o representarão para efeito de recuperação.

Tendo em vista as considerações teóricas sobre indexação já realizadas, torna-se importante ressaltar a questão da catalogação de assunto para, a seguir, analisar as diferen-

Quadro 1 – As etapas da indexação

AUTORES		ETAPAS	
		ANÁLISE	REPRESENTAÇÃO
Unisist (1981)	Determinação do assunto.	Tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação.	
Norma 12.676 (ABNT, 1992)	Exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; identificação dos conceitos presentes no assunto.	Tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.	
Chaumier (1988)	Reconhecimento e extração de conceitos.	Tradução desses conceitos em linguagem natural.	
Van Slype (1991)	Conhecimento do conteúdo do documento; escolha dos conceitos a serem representados, baseando-se na aplicação da regra da seletividade e exaustividade.	Tradução dos conceitos selecionados da forma em que aparecem impressos no documento para os descritores do “thesaurus” aplicando a regra da especificidade e incorporação dos elementos sintáticos.	
Lancaster (2004)	Análise conceitual.	Tradução.	
Robredo (2005)	Análise conceitual do conteúdo do documento.	Expressão dessa análise por meio de códigos, palavras ou frases representativos do assunto; tradução das descrições dos assuntos para a linguagem de indexação e organização das descrições de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.	

tes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos.

O uso do termo “catalogação de assunto” (*subject cataloguing*) apresenta influência norte-americana e remonta a Charles Ammi Cutter que, em 1876, apresenta sua obra *Rules for a dictionary catalog*, com o objetivo de estabelecer regras para a formação de cabeçalhos alfabéticos de assuntos, que formariam catálogos alfabéticos de assunto. Essas regras, de acordo com Fujita (1989) e Gomes & Marinho (1984), podem ser resumidas em três princípios básicos:

- princípio do uso: as descrições devem ser feitas da forma usada pelo usuário;
- princípio da entrada específica: os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico, e não pela classe à qual estão subordinados;
- princípio da estrutura sindética: que estabelece mecanismos para o relacionamento de cabeçalhos, permitindo as ligações de assuntos correlacionados por meio de uma rede de referências cruzadas (relação de equivalência, hierárquica e associativa).

Acreditamos que os conceitos dessa obra, que constituem a fundação para a teoria e prática da catalogação de assunto americana, também influenciaram Ranganathan na elaboração das cinco leis da Biblioteconomia (*Livros são para uso; Para cada leitor, seu livro; para cada livro, seu leitor; Poupe o tempo do leitor; A biblioteca é uma organização em crescimento*), especialmente no que diz respeito à segunda, terceira e quarta leis.

Gomes et al. (2006) revisitam os conceitos de Ranganathan, trazendo-os para o momento atual dos catálogos *on-line* e da internet:

Na segunda lei, “Para cada Leitor, seu Livro”, o foco é o leitor, sendo necessário o atendimento às suas necessida-

des. Sobre isso, Gomes et al. (2006) afirmam que a reunião de todos os livros sobre um assunto e a sequência de assuntos são válidos para o arranjo físico dos livros nas estantes e para a organização das informações em um sistema *on-line*, na disponibilização da linguagem documentária utilizada para o usuário no momento da busca, além da adoção de uma terminologia mais próxima daquela do usuário. Além disso, a apresentação sistemática leva o usuário a encontrar o tópico mais específico.

A terceira lei, “Para cada Livro, seu Leitor”, revela seu enfoque no livro. As referidas autoras afirmam que a apresentação sistemática do sistema de recuperação *on-line* oferece a visão geral do acervo, facilitando o encontro dos livros com o leitor, e privilegia o tratamento dado ao livro. Além disso, Ranganathan chama a atenção para o papel do catálogo, que vai permitir o acesso a outros aspectos de um assunto que não foram privilegiados pela notação da classificação.

Na quarta lei, “Poupe o tempo do leitor”, volta-se o foco novamente para o usuário, preocupando-se em adotar o termo mais plausível de ser buscado por ele quanto ao uso corrente e quanto à especificidade, além de permitir, por meio de um dispositivo no sistema de recuperação de informação, que mesmo se o usuário fizer a busca por um termo não preferido, o sistema automaticamente o aceite e recupere a informação via termo preferido. Assim, com um único passo, o leitor acessaria a base de dados (Gomes et al., 2006).

Observamos, portanto, um reflexo dos princípios de Cutter na elaboração das leis por Ranganathan: na segunda lei estão presentes os princípios do uso e da entrada específica; na terceira lei há indícios do princípio da estrutura sindética; e a quarta lei apresenta os princípios do uso e da estrutura sindética.

Fiúza (1985, p.257) define a catalogação de assunto como “a disciplina ou conjunto de disciplinas que tratam

da representação, nos catálogos de bibliotecas, dos assuntos contidos no acervo”.

Para Cutter (1904), os objetivos da catalogação de assunto eram: permitir ao usuário do catálogo encontrar um documento particular do qual o assunto é conhecido; encontrar outros documentos sobre o mesmo assunto ou sobre assuntos relacionados; dar assistência ao usuário na seleção de registros recuperados, o documento mais adequado às suas necessidades informacionais.

Para Connell (1996), os dois primeiros objetivos de Cutter (1904) são difíceis de ser implementados pelo fato de que a função de “localizar” e a função de “colocar” do catálogo estão fundamentalmente em conflito. Para ajudar o usuário, são necessários pontos de acesso que enfatizem a unicidade do item. Esses pontos de acesso devem ajudar o usuário a separar determinado item de outros similares, ao passo que colocar os itens no catálogo significa agrupá-los por similaridade. Essa situação poderia ser resolvida com cabeçalhos de assunto uniformes em conjunto com sistema de referência bem desenvolvido.

De acordo com Silva & Fujita (2004), o termo catalogação de assuntos caracteriza-se pela atribuição de cabeçalhos de assunto para a representação do conteúdo total dos documentos em catálogos de biblioteca. Sua origem está ligada à construção dos catálogos de assunto das bibliotecas, que é organizada pela determinação de cabeçalhos de assuntos.

Com base nessas considerações, observamos que as divergências entre a indexação e a catalogação de assunto ficam claras quando autores como Milstead (1983), Fiúza (1985), Naves (2002), Lancaster (2004), Silva & Fujita (2004), Robredo (2005), Dias & Naves (2007) reconhecem a indexação e a catalogação de assuntos como conceitualmente equivalentes.

Milstead (1983) reconhece que conceitualmente a catalogação de assunto e a indexação são a mesma atividade,

mas são tratadas como se fossem diferentes, especialmente do ponto de vista prático atual, e ambas podem contribuir uma com a outra.

Sobre isso, Fiúza (1985, p.258, grifo do autor) afirma que “a indexação é considerada como uma disciplina superior que se preocupa com os sistemas de recuperação de informação, entre os quais se cita *en passant* o pobre catálogo manual”.

Fujita (2003, p.75) acredita que a catalogação de assunto em bibliotecas deriva da atividade de classificação, uma vez que

Os índices outrora existentes em sistemas de recuperação da informação, tais como os antigos catálogos de fichas de bibliotecas, foram considerados dentro de uma perspectiva classificatória, porque os chamados cabeçalhos de assunto eram compostos sob influência da terminologia classificatória e não do texto e seu conteúdo.

Lancaster (2004) explica que a diferença presente na literatura da área sobre as expressões catalogação de assuntos, indexação e classificação são inexpressivas e causadoras de confusão. Para o referido autor, o termo catalogação de assunto tem influência norte-americana, e seu uso foi reforçado com a utilização das listas de cabeçalhos de assunto e teve sua origem ligada especialmente à construção de catálogos de assuntos de bibliotecas nos quais são determinados os cabeçalhos de assunto.

Catalogação de assuntos refere-se comumente à atribuição de cabeçalhos de assuntos para representar o conteúdo total de itens bibliográficos inteiros (livros, relatórios, periódicos, etc.) no catálogo das bibliotecas. *Indexação de assuntos* é uma expressão usada de modo mais impreciso; refere-se à representação do conteúdo temático de *partes* de itens bibliográficos.

cos inteiros, como é o caso de um índice no final de um livro. [...] O fato é que a *classificação*, em seu sentido mais amplo, permeia todas as atividades pertinentes ao armazenamento e recuperação da informação (Lancaster, 2004, p.20; 21, grifo do autor).

Silva & Fujita (2004, p.142) ressaltam semelhanças e diferenças entre indexação alfabética de assunto e catalogação de assunto.

A indexação alfabética de assunto está vinculada à determinação de cabeçalhos de assuntos e por isso é, em alguns casos, também denominada de catalogação de assuntos. Apesar das divergências sobre semelhanças e diferenças entre os termos, a indexação alfabética de assuntos e a catalogação de assuntos são equivalentes porque são resultados de um mesmo processo: a análise de assunto.

Além disso, as referidas autoras afirmam que a distinção entre os dois processos está na utilização de diferentes linguagens documentárias (lista de cabeçalho de assunto para catalogação de assunto e tesouros para indexação) e nos resultados dos dois processos que terão como produto final o índice e o catálogo de assunto.

De acordo com Dias & Naves (2007), a catalogação visa criar representações dos documentos descrevendo tanto os aspectos físicos (catalogação descritiva) quanto os aspectos de conteúdo (catalogação por assunto). Além disso, consideram que o termo catalogação é o mais usual para descrever esse trabalho quando realizado no contexto da biblioteca.

Sobre isso, Foskett (1996) afirma que os livros são catalogados, enquanto outros itens são indexados, e apresenta semelhanças e diferenças entre os dois processos. De modo semelhante, ambas as práticas têm os mesmos objetivos

gerais – identificar o item e fornecer acesso a ele por meio de várias abordagens, incluindo o assunto. As diferenças dizem respeito ao fato de que, na catalogação do livro, o seu conteúdo é tratado no todo, e os assuntos são fornecidos em uma escala limitada (um número de classificação para arranjo nas estantes e um ou dois cabeçalhos de assunto para acesso por meio do catálogo). Já na indexação de outros materiais, a tendência é o detalhamento, em que há maior generosidade no fornecimento de termos para o acesso por assunto.

Realmente, o termo catalogação está relacionado ao catálogo. Porém, como bem ressalta Silveira (2007), é importante lembrar que o catálogo não se constitui apenas das partes identificadas nos códigos de catalogação (descrição bibliográfica e ponto de acesso), mas também de assuntos de um documento. As questões referentes ao conteúdo do item não são atribuídas ao termo catalogação porque

os próprios códigos de catalogação, portadores deste nome e editados por instituições biblioteconômicas respeitáveis, não abordam o ângulo conteúdo [...] A classificação e a indexação, embora componentes da catalogação, alcançaram desenvolvimento próprio, com grandes avanços relacionados à teoria da informação (Mey, 1987, p.4-5).

Desse modo, segundo Silveira (2007), a catalogação de assunto passou a ser designada como representação temática, e a catalogação descritiva referente à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso passou a ser nomeada como representação descritiva.

A catalogação de assunto, termo também adotado pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, realizada em 2003 na cidade de Frankfurt, compreende “a parte da catalogação que fornece cabeçalho de assunto/termos e/ou classificação” (IFLA, 2008).

O termo catalogação de assunto é utilizado nos Estados Unidos, bem como na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá e na República Checa para orientações ao uso da lista de cabeçalhos de assunto da Library of Congress Subject Headings (LCSH) da Library of Congress (Estados Unidos), no desenvolvimento de atividades de análise e representação temática da informação.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) possui, todavia, quatro seções, nomeadas por “Gerenciamento do Conhecimento, Bibliografia, Catalogação e Classificação e Indexação”, formadoras da Divisão IV – Controle Bibliográfico, com atribuições definidas no cumprimento de suas funções. Especificamente, a Seção de Classificação e *Indexação* (Classification and Indexing Section), criada em 1981, tem como proposta apresentar métodos de promoção ao acesso por assuntos em catálogos, bibliografias e índices de todos os tipos de documentos, incluindo os eletrônicos. A seção serve como um *fórum* para produtores e usuários de instrumentos de classificação e *indexação de assunto*, visando facilitar o intercâmbio internacional da informação sobre métodos de acesso por assunto (IFLA, 2008, tradução e grifos nossos).

A indexação é entendida pelos autores Dias & Naves (2007) como o trabalho de organização da informação em contexto de serviços de indexação e resumos com o objetivo de organizar informações, especialmente, referentes a artigos de periódicos. Os referidos autores ressaltam que, normalmente, esse tipo de serviço não é feito por bibliotecas.

Os autores revelam que há uma tendência em considerar a indexação e catalogação de assunto (além da classificação) como uma única atividade, uma vez reconhecida a existência das etapas de identificação de assunto e tradução dos mesmos para uma linguagem (tesauros, listas de cabeçalhos de assunto e classificação). Dessa forma, a variação terminológica acaba gerando confusão e incongruência.

Contribuindo com essa diferenciação, Dias (2004), assim como Dias & Naves (2007), aponta as diferentes designações do profissional responsável pela análise de assunto do documento de que variará de acordo com seu ambiente de trabalho e com o tipo de documento com que lida. Nas bibliotecas, há o profissional classificador, que atribui ao documento o número de classificação correspondente ao seu assunto a partir do sistema de classificação utilizado, e o catalogador de assunto que determina os cabeçalhos de assunto ou descritores para o documento. Em sistemas de informação produtores de bases de dados, há o indexador, que determina o assunto, geralmente, para periódicos científicos e livros com indexação em profundidade.

Há ainda outra característica que diferencia esses profissionais: a formação inicial. Geralmente, os profissionais que trabalham em bibliotecas têm sua formação inicial em Biblioteconomia, ou seja, são bibliotecários. Já os profissionais dos serviços de informação são especialistas na área de assunto em que trabalham.

No nosso ponto de vista, entendemos que a indexação é um processo inerente aos grandes sistemas de informação produtores de bases de dados que possuem índices produzidos por meio daquele processo. Já a catalogação de assunto nos remete ao conceito de produção de catálogos em bibliotecas, onde os documentos são armazenados e recuperados.

Sobre essa diferenciação, encontramos aspectos interessantes nas Normas da ABNT (1992) e ISO (1985) sobre a determinação de assuntos para a indexação.

Ambas explicam que têm por objetivo fixar as condições exigíveis para a prática normalizada do exame de documentos, da determinação de seus assuntos e da seleção de termos de indexação. Além disso, esclarecem que esses procedimentos devem ser aplicados especialmente em ser-

viços de indexação independentes ou em rede e que utilizam indexadores humanos para a sua realização, e não métodos de indexação automática.

Ainda de maneira semelhante, ambas definem o conceito de documento como “qualquer unidade, impressa ou não, que seja passível de catalogação ou indexação” (ABNT, 1992). Em nota, elas afirmam que essa definição diz respeito não somente aos materiais escritos e impressos em papel, mas também em suportes não impressos, objetos tridimensionais e *realia*.

Há, porém, algumas diferenças consideráveis entre as duas normas.

Nos seus objetivos, a Norma ISO (1985) apresenta dois aspectos importantes que não foram traduzidos pela Norma ABNT e que consideramos importantes para efeitos do nosso estudo. São eles:

- os métodos apresentados para a determinação dos assuntos dos documentos podem ser aplicados também em sistemas nos quais os conceitos são representados e recuperados por meio de símbolos advindos de tabelas e esquemas de classificação;
- promoção de uma prática padrão dentro de uma agência ou uma rede de agências e entre diferentes agências de indexação, especialmente aquelas que fazem o intercâmbio de registro bibliográfico.

A Norma ABNT (1992), por sua vez, acrescentou em sua tradução que os procedimentos por ela descritos também podem auxiliar os resumidores durante a fase de preparação dos resumos.

Assim, ressaltamos os seguintes aspectos que acreditamos contribuir para a nossa fundamentação teórica sobre a indexação e a catalogação:

- não há uma especificação sobre o tipo de documento que pode ser submetido ao processo de indexação. Eles podem ser livros ou artigos (entre outros), e todos são considerados *documentos*;
- ambas trabalham com o termo *indexação e catalogação* quando afirmam que os documentos constituem unidades passíveis de serem catalogados ou indexados;
- apesar do fato de os procedimentos de indexação serem recomendados para serviços de indexação, eles também podem ser aplicados em sistemas que utilizam notações de classificação (e não termos de indexação) e também como auxiliares dos profissionais que elaboram resumos. Desse modo, acreditamos que os procedimentos recomendados pelas Normas podem ser utilizados por qualquer sistema de informação (sejam serviços de indexação especializados ou bibliotecas) que fazem o tratamento temático da informação com vistas à recuperação, seja ele a indexação, a catalogação, a classificação ou a elaboração de resumos;
- a intenção de padronizar a prática da determinação dos assuntos dos documentos, principalmente entre sistemas que fazem o intercâmbio de registros bibliográficos, vai ao encontro de nossos objetivos quando pretendemos a elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos cooperativos, principalmente porque esse intercâmbio ocorre muito frequentemente entre bibliotecas.

Neste momento, ressaltamos dois aspectos que consideramos importantes para a compreensão e diferenciação dos processos de catalogação de assunto e indexação:

- ambos derivam de processos intelectuais para determinação de assuntos que melhor representem o documen-

to para sua posterior recuperação, seja por meio de índices ou por meio de catálogos;

- a tendência atual dos catálogos em atuarem como bases de dados, até mesmo com disponibilização de textos completos.

Por isso, adotaremos nessa pesquisa o termo *indexação* para designar o procedimento realizado pelo bibliotecário no ambiente biblioteca. Essa escolha se faz por considerarmos que, além da catalogação, responsável pela representação descritiva dos documentos, o bibliotecário também deve fazer a representação temática do documento, caracterizando o processo da indexação juntamente com o procedimento da catalogação. Afirmamos que o bibliotecário precisa compreender que deve atuar como um indexador, realizando a análise de assunto para compreender o documento, identificando e selecionando os conceitos que melhor representem seu conteúdo durante o tratamento temático da informação com a finalidade de preencher o campo de assunto nos formatos catalográficos. Adotamos também o termo *política de indexação* para construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias pelos mesmos motivos e também em razão de a literatura da área apresentar-se dessa forma.

Sobre isso, Fattahi (1998) apresenta interessante ponto de vista sobre a tendência de integração entre as bases de dados bibliográficas e os serviços de indexação e resumos dentro do contexto dos catálogos *on-line*. Essa aproximação faz com que se abra uma janela para todo o *corpus* bibliográfico, fazendo com que esses serviços sejam fatores de destaque para o catálogo. Nesse cenário, o usuário espera maior consistência dentro e entre os dois sistemas.

O autor esclarece que a introdução de novas tecnologias fez com que a catalogação nas bibliotecas e os serviços de

indexação tivessem um maior impacto um sobre o outro em razão dos seguintes fatores:

- integração e acessibilidade de diferentes catálogos *on-line* e serviços de indexação e resumos por meio de um único terminal;
- a capacidade de busca e a recuperação eficaz que a tecnologia introduziu aos catálogos de biblioteca são copiadas dos serviços de indexação e resumos, indicando o impacto desses serviços nas práticas de catalogação;
- a inclusão e a indexação de um amplo espectro de publicações, tais como dissertações, anais de congressos, relatos de pesquisa, pelos serviços de indexação e resumos têm influenciado os princípios e as regras que são usados para a criação de bases de dados;
- evolução das versões de CD-ROM e bases de dados, que agora são disponibilizadas aos usuários.

Esses fatores, segundo Fattahi (1998), demonstram a possibilidade de uso de um padrão igual ou compatível para criação de registros bibliográficos, desde que identificadas as diferenças e similaridades entre a catalogação realizada na biblioteca e os serviços de indexação e resumos.

Essas diferenças residem especialmente no fato de que a catalogação na biblioteca apresenta um conjunto de princípios firmados e reconhecidos mundialmente que fornecem padrões para a elaboração de registros bibliográficos, contribuindo para a construção da área da catalogação e para o intercâmbio de informações. Os serviços de indexação e resumo, por sua vez, não têm e apresentam diferenças entre seus métodos para descrição e pontos de acesso e diferentes padrões.

Além disso, devem ser considerados os objetivos e funções de um catálogo e de uma base de dados; a estrutura e

conteúdo de um registro bibliográfico do catálogo e da base de dados e a escolha e as formas de pontos de acesso.

Ainda segundo Fattahi (1998), a catalogação poderia apreender alguns princípios dos serviços de indexação e resumos, tais como pontos de acesso adicionais de autor. Finalizando seu artigo, o autor afirma que a uniformidade e a consistência são requisitos básicos para o controle e o acesso bibliográfico efetivo no ambiente global *on-line* e que a tendência crescente na integração, fusão e disponibilização de diferentes registros bibliográficos revela uma forte afirmação dos valores de consistência entre os diferentes tipos de bases de dados, o que ajudará o usuário a buscar de maneira mais fácil e eficiente entre a extensa gama bibliográfica.

Apesar das considerações sobre os elementos que diferenciam a catalogação de assunto e a indexação apresentadas até o momento, entendemos que a indexação é o processo que, conforme perspectiva teórica e prática relatada até aqui, apresenta melhor sistematização de procedimentos e avaliação de desempenho na recuperação da informação, que são vantagens importantes a serem acrescentadas na evolução atual dos catálogos *on-line*. Essa investigação recomenda que bibliotecas e sistemas de bibliotecas introduzam os processos de indexação na catalogação e elaborem políticas de indexação voltadas para o atendimento mais especializado do catálogo na recuperação por assuntos.

Síntese

A partir da fundamentação teórica sobre indexação e catalogação de assunto, verificamos que as divergências conceituais pertinentes a esses procedimentos estão ligadas à história e evolução de cada um.

Autores como Milstead (1983), Fiúza (1985), Naves (2002), Lancaster (2004), Silva & Fujita (2004), Robredo (2005), Dias & Naves (2007) reconhecem a indexação e a catalogação de assuntos como conceitualmente equivalentes.

Fica claro, no entanto, que a catalogação de assuntos está essencialmente ligada à construção de catálogos de bibliotecas, e a indexação, à construção de índices de bibliografias em serviços de informação bibliográficos que produzem bases de dados.

A tendência, porém, é que os catálogos comecem a atuar como verdadeiras bases de dados. Acreditamos que isso se deve a dois fatores: a dimensão que a internet deu aos catálogos das bibliotecas, uma vez que agora eles estão disponíveis sem fronteiras espaciais e temporais, permitindo ao usuário acessá-los de qualquer lugar a qualquer hora; e a exigência cada vez maior do usuário em querer que os catálogos atuem como verdadeiras bases de dados, oferecendo especificidade, rapidez e *hyperlinks* a textos completos.

Acreditamos, portanto, que o termo indexação deva ser assumido também para designar o tratamento temático realizado durante a catalogação em bibliotecas universitárias. Entretanto, a mudança de nome não será suficiente se não vier acompanhada de filosofia e objetivos bem definidos descritos na política de indexação da biblioteca, a exemplo do que ocorre com os serviços de indexação.

O processo de indexação durante a catalogação é de responsabilidade de cada bibliotecário indexador, voltado para a realização de uma representação temática condizente com os conteúdos dos documentos (expressão do autor) e das necessidades informacionais de sua demanda, isto é, do usuário do seu sistema de recuperação da informação, exemplificado pelos catálogos coletivos *on-line*.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12.676: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.
- CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Trad. José Augusto Chaves Guimarães. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun. 1988.
- CONNELL, T. H. Subject Cataloging. In: SMITH, L. C.; CARTER, R. C. (Eds.) *Technical services management, 1965-1990: a quarter century of change and a look to the future*. New York: Haworth Press, p.211-22, 1996.
- CUTTER, C. A. *Rules for a dictionary catalog*. 4.ed. Government Printing Office: Washington, 1904.
- DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.146-57, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/356/165>>. Acesso em: 28 jul. 2009.
- DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- FATTAHI, R. Library cataloguing and abstracting and indexing services: reconciliation of principles in the online environment? *Library Review*, Bradford, v.47, n.4, p.211-16, 1998.
- FIÚZA, M. M. O ensino da “Catalogação de assunto”. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, v.14, n.2, p.257-269, set. 1985.
- FOSKETT, A. C. *The subject approach to information*. 5.ed. London: Library Association Publishing, 1996.
- FUJITA, M. S. L. *PRECIS na língua portuguesa: teoria e prática de indexação*. Brasília: UnB/ABDF, 1989.

- _____. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional*. Marília, 2003. 321f. Tese (Livre-docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- GOMES, H. E. et al. Revisitando Ranganathan: a classificação na rede. In: GOMES, H. E. (Coord.) *Biblioteconomia, Informação & Tecnologia da Informação*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2008.
- GOMES, H. E; MARINHO, M. T. Introdução ao estudo do cabeçalho de assunto. In: GOMES, H. E. (Coord.) *Biblioteconomia, Informação & Tecnologia da Informação*. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2008.
- GUINCHAT, C.; MENOU, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2.ed. rev. aum. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994.
- IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE – IME ICC5. *Statement of international cataloguing principles: glossary*. Pretória: IFLA, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icc/imeicc-statement_of_principles-2008.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2008.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 5.693:1985: documentation: methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*. Geneve, 1985.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MILSTEAD, J. L. Indexing for subject cataloguers. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v.3, n.4, p.37-44, 1983.

- NAVES, M. M. L. El trabajo de los indizadores: factores que afectan al análisis de contenido. *Scire*, Zaragoza, v.8, n.1, p.119-30, jan./jun. 2002.
- PINTO MOLINA, M. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2.ed. rev. aum. Madrid: Eudema, 1993.
- ROBREDO, J. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas*. 4.ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.
- SHAW, R. R. Documentation: complete cycle of information service. *College & Research Libraries*, Chicago, v.18, n.6, p.452-4, 1957.
- SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v.16, n.2, p.133-161, maio/ago., 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=65>>. Acesso em: 27 jul. 2009.
- SILVEIRA, N. C. *Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal*. Campinas, 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica.
- UNISIST. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, mar. 1981.
- VAN SLYPE, G. *Lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Trad. Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.